

SAÚDE

EXECUTIVO VAI ACOMPANHAR DE PERTO A SAÚDE DO SERVIDOR PARA REDUZIR AS APOSENTADORIAS PRECOSES. SÓ EM 2005, OS GASTOS CHEGARAM A R\$ 262 MILHÕES

Prevenir para economizar

Maria Eugênia

Demorou um ano, mas finalmente saiu do papel o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público (Sisosp). O objetivo do projeto, que vai custar R\$ 100 milhões por ano aos cofres públicos, é reduzir o número de aposentadorias por invalidez entre os servidores do Poder Executivo, causadas por doença relacionada ao trabalho, duas vezes maior do que na iniciativa privada.

O investimento necessário ao sistema, que vai permitir o acompanhamento do servidor em seu ambiente de trabalho, é bem menor do que os gastos com aposentadorias precoces. Somente no ano passado, foram R\$ 262 milhões. No Executivo, do total de aposentadorias con-

cedidas no ano passado, 28,3% foram por invalidez. No Regime Geral da Previdência Social, esse índice ficou em 13%.

Além disso, o Sisosp vai uniformizar os procedimentos de perícia no caso do afastamento do servidor, colocando um ponto final na diversidade de laudos e procedimentos para casos parecidos. Hoje, por exemplo, funcionários com doenças semelhantes de órgãos diversos têm encaminhamentos diferentes. Uns conseguiram se aposentar por invalidez, outros não.

■ Exames periódicos

E a palavra de ordem é prevenção. Por isso, os servidores serão submetidos a exames médicos e periciais periodicamente. Aqueles que exercem funções mais insalubres, de seis em seis meses. O restante, de dois em

dois anos. E não é só. O ambiente de trabalho também será monitorado para que os riscos à saúde do funcionário sejam identificados e controlados.

Segundo estimativas preliminares da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, que coordena o projeto, com base em estudos de organizações mundiais de saúde, para cada R\$ 1 investido em prevenção economiza-se cerca de R\$ 16 ao combater as doenças ocupacionais, diminuindo os afastamentos por doença, o absenteísmo (faltas ao trabalho) e as aposentadorias por invalidez.

O sistema engloba atividades de perícia médica, perícia em saúde, readaptação e reabilitação funcional e vigilância em saúde. Todas as atividades serão operacionalizadas pelos parceiros tais como: emissão de laudos de

avaliação ambiental; laudos para concessão de adicionais de insalubridade, adicional de radiação ionizante e gratificação de raios X; laudo para aposentadoria especial, (depois que for regulamentada) e a realização de perícias e juntas de saúde.

■ Sem plano

O sistema faz parte de um conjunto de medidas para melhorar a qualidade de vida dos servidores. A aprovação do plano de saúde para o funcionalismo foi o primeiro passo. No Executivo Federal, menos da metade dos trabalhadores, ou 38%, possuem plano com contrapartida dos órgãos aos quais são vinculados.

Pelo plano, regulamentado no início de outubro, os órgãos públicos ficam obrigados a dar uma contrapartida de, no mí-

nimo, R\$ 42 para cada servidor, mesmo que não tenham nenhum convênio para oferecer plano de saúde. O valor é mensal. Com a nova regra, a despesa do governo com o benefício vai dobrar – passa de R\$ 667 milhões para R\$ 1,3 bilhão ao ano.

■ Principais doenças

O Ministério do Planejamento tem dados que revelam que o servidor se aposenta jovem (a média de aposentadoria por invalidez é de 51 anos) e também está morrendo mais cedo do que o resto da população brasileira. A expectativa de vida do funcionalismo público, como instituidor de pensão, é de 65 anos contra 72 anos da média brasileira.

A Secretaria de Recursos Humanos mostra, ainda, que as principais doenças que acometem os servidores são Lesões por

Esforços Repetitivos (18% do total de doenças ocupacionais registradas). Em segundo lugar, vem a depressão, com 12%. As doenças cardíacas também estão entre as mais comuns no funcionalismo público.

O alto número de afastamento do trabalho no serviço público, por doenças, é algo que chama a atenção do Governo Federal. Nos órgãos públicos, o índice é de 9,35%, 24% a mais que no Regime Geral de Previdência Social.

O volume de faltas ao trabalho por doença ocupacional no serviço público também é alto – 14,52%. Na iniciativa privada, a média é de 0,58%. Para cada cem servidores, 14,52 faltam ao serviço por motivo de doença durante o ano. O custo disso para o governo, anualmente, é de R\$ 245 milhões.